

## **COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO CFT**

### **Projeto de Lei n.º 3.741, de 2000**

#### **(do Poder Executivo)**

Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, define e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e publicação de demonstrações contábeis e dispõe sobre os requisitos de qualificação de entidades de estudo e divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e auditoria como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

#### **EMENDA SUBSTITUTIVA**

Substitua-se o artigo 3º do Substitutivo ao PL n.º 3.741, de 2000, do Poder Executivo, pelo seguinte:

**“Art. 3º** Aplicam-se às empresas de grande porte que tenham por objeto a produção de bens e serviços, ainda que constituídas na forma de sociedades por ações, as disposições da Lei das Sociedades por Ações sobre escrituração e apresentações contábeis, inclusive as demonstrações contábeis consolidadas, devidamente examinadas por auditores independentes de conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.”(NR)

#### **JUSTIFICATIVA**

A obrigatoriedade de auditoria independente das demonstrações contábeis das empresas de grande porte. É adotada hoje pela maioria dos países, e reveste-se de importante caráter social, no sentido de que garante maior adequabilidade e transparência às prestações de contas pelas referidas empresas. Vale ressaltar que a importância da obrigatoriedade de auditoria independente das empresas de grande porte sempre foi admitida pelas principais entidades representativas do setor financeiro, entre elas a própria CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

A necessidade de auditoria obrigatória das empresas de grande porte nasceu com a elaboração do primeiro anteprojeto de revisão da Lei das Sociedades por Ações, tema profundamente discutido pela Comissão Consultiva para Assuntos Contábeis, nomeada que foi pela CVM e que inclui em seu quadro representantes das Classes Contábeis e de usuários de demonstrações contábeis (representantes da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, da Comunidade Acadêmica, da Abrasca – Associação Brasileira de Companhias Abertas, da Apimec. – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais. Esse posicionamento de auditoria independente das sociedades de grande porte, já foi, por muitas vezes, afirmado e reafirmado, formalmente, pelo Ibracon e pelo CFC, de forma conjunta e individual.

As alterações propostas, portanto, visam apenas a adequar o art. 3º do Substitutivo, às medidas adotadas hoje, na maioria dos países do mundo Globalizado.

Sala da Comissão, em 25 de janeiro de 2006.

**José Militão**  
**Deputado Federal**

CDCE85BA51 \*CDCE85BA51\*